

Fecha de recepción: 02/02/2014

Fecha de revisión: 03/03/2014

Fecha de preprint: 15/03/2014

Fecha de publicación final: 24/03/2014

A Saúde na imprensa portuguesa: que perfil editorial?

Rita Araújo¹
Felisbela Lopes²

Resumo

O estatuto editorial de um jornal orienta os jornalistas e os leitores numa espécie de protocolo de escrita e de leitura (Scholes, 1991), constituindo-se como a garantia de uniformidade dos textos publicados em determinado periódico. Propomo-nos, neste estudo, dar a conhecer o estatuto editorial que três jornais portugueses adotam relativamente ao noticiário de saúde. Fazemo-lo a partir da análise das notícias de saúde publicadas entre 2008 e o primeiro semestre de 2013 nos jornais *Expresso*, *Público*, e *Jornal de Notícias*.

Sendo a saúde uma área transversal a toda a sociedade, que suscita um interesse cada vez maior pela parte do público e, conseqüentemente, da imprensa, importa perceber o que está a ser feito neste campo.

Palavras-chave

Saúde; estatuto editorial; fontes de informação; jornais.

Abstract

The editorial line of a newspaper guides both journalists and readers in a writing and reading protocol (Scholes, 1991), and it assures the newspaper's consistency. We propose to study the editorial line three Portuguese newspapers follow when it comes to health news. In order to do so, we analyze all the health news published between 2008 and the first semester of 2013 in *Expresso*, *Público*, and *Jornal de Notícias*.

Health is a transversal issue to all society and the public is more and more interested in it. Therefore, health is also very appealing to the press, and it is important to understand what is being done in this field of expertise.

¹ Rita Araújo é mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho e está atualmente a desenvolver uma tese de doutoramento, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Mail: rita.manso.araujo@gmail.com

² Felisbela Lopes é professora associada com agregação do Departamento de Ciências da Comunicação na Universidade do Minho e tem uma tese de doutoramento sobre informação televisiva (Lopes, 2005). Mail: felisbela@ics.uminho.pt

Keywords

Health; editorial line; news sources; newspapers.

1. Introdução

O campo da saúde tem vindo a suscitar um crescente interesse da imprensa portuguesa, como documenta um estudo desenvolvido no âmbito do projeto “A Doença em Notícia” (investigação sediada no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, e que teve início em 2008)³. Neste contexto, importa conhecer qual o perfil editorial que cada jornal adota relativamente à saúde. É isso que nos propomos apresentar, neste artigo, tendo como base de trabalho uma análise que ultrapassa 9000 artigos noticiosos publicados desde 2008 até ao primeiro semestre de 2013 no *Público*, *Jornal de Notícias* e *Expresso*.

O nosso *corpus* de análise é, assim, constituído por dois jornais diários e um semanário, com linhas editoriais distintas. Para traçar as opções editoriais de cada um dos jornais analisados vamos debruçar-nos de forma particular nos temas escolhidos, no modo como cada um deles é tratado, nos géneros noticiosos privilegiados e nas fontes escolhidas que, no nosso estudo, ultrapassam as 10 mil citadas em textos noticiosos.

Embora o campo da Comunicação na Saúde se tenha vindo a desenvolver desde os anos 1970 nos Estados Unidos, a situação na Europa é distinta e esta área de estudos encontra-se ainda numa fase incipiente (Schulz & Hartung, 2010). No entanto, nos últimos anos, a imprensa portuguesa tem vindo a dedicar mais atenção aos assuntos de saúde, com alguns jornais a formarem mesmo secções específicas para esta área que tem cada vez mais interesse para o público em geral. De facto, o aumento das notícias de saúde acompanha a procura do público por estes temas (Tanner, 2004).

Por outro lado, os *media* ocupam um lugar central no processo de poder simbólico através do qual a saúde e assuntos sociais são definidos e as soluções legitimadas (Hodgetts, 2012). Assim, sabendo-se que a forma como os *media* mediatizam este campo pode influenciar as atitudes e comportamentos do público, é de extrema relevância conhecer com algum pormenor aquilo que os jornalistas fazem a esse nível. É uma parte deste conhecimento que procuramos construir com o nosso trabalho, que preenche um espaço vazio no que diz respeito aos estudos de Jornalismo de Saúde desenvolvidos no nosso país. Atendendo também ao facto de esta ser uma área de investigação em expansão, o estudo destas questões reveste-se de grande relevância. Este estudo sobre o perfil editorial da saúde na imprensa portuguesa insere-se numa investigação mais ampla feita a partir de um projeto de Doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/86634/2012) que tem como objetivo perceber a mediatização da saúde na imprensa portuguesa.

2. Estatutos editoriais

O estatuto editorial de um jornal consiste num conjunto de ideais pelos quais determinada publicação se rege e apresenta aos leitores os seus objetivos. O perfil editorial dos jornais é definido pela ênfase que os órgãos de comunicação social dão a determinados tópicos” (Bastos & Zago, 2013). A Lei de Imprensa estabelece, no seu artigo 17.º, que “as publicações periódicas informativas devem adotar um estatuto editorial que defina claramente a sua orientação e os seus objetivos e inclua o compromisso de assegurar o respeito pelos princípios deontológicos e pela ética profissional dos jornalistas, assim como pela boa fé dos leitores”. Este conjunto de

³ As autoras desta investigação fizeram parte da equipa do projeto “A Doença em Notícia”, que terminou em Novembro de 2013.

orientações, apesar de elaborado pelo diretor da publicação, é submetido a um parecer da redação e, posteriormente, à ratificação da entidade proprietária. Deve ainda ser publicado na primeira página do primeiro número da publicação e, em cada ano civil, deverá ser publicado em conjunto com o relatório e contas da entidade proprietária.

As diferenças na cobertura mediática devem-se, em larga medida, ao estatuto editorial adotado pelas diversas publicações. No caso dos jornais em estudo neste trabalho, a seleção de tópicos, as abordagens ao tema, e a própria forma de escrita dos artigos são decisivas para a distinção existente, assim como o próprio perfil dos leitores-alvo de determinada publicação ou o perfil dos grupos económicos que a detêm. Em Portugal, é comum fazer-se uma distinção entre os jornais ditos “de referência” e aqueles que seguem uma linha mais “popular”. Em termos de publicações nacionais, o *Diário de Notícias* e o *Público*, no campo dos diários, e o *Expresso*, enquanto semanário, são geralmente associados à imprensa de referência; o *Jornal de Notícias* e o *Correio da Manhã* surgem associados à imprensa popular.

No Reino Unido, por exemplo, também se faz uma distinção entre a imprensa de qualidade e a imprensa popular, geralmente ligada aos tabloides. De uma forma esquemática, pode dizer-se que os jornais de qualidade têm um formato *broadsheet* e “têm o objetivo de dar aos leitores uma cobertura e análise amplas das notícias internacionais e nacionais, para além de comentários informados em assuntos económicos, políticos e sociais” (Lo, 1989 *in* Entwistle & Hancock-Beaulieu, 1992: 370). Quanto aos jornais populares, geralmente assumem o formato tabloide e, apesar de noticiarem os assuntos do dia-a-dia, o seu conteúdo principal é o entretenimento, muitas vezes na forma de escândalos sexuais ou desporto (*idem*).

Em termos de linhas teóricas orientadoras, olhamos para o estatuto editorial a partir da teoria da estruturação de Anthony Giddens (2000), que nos diz que os *media* são estruturas estruturantes e estruturadas da sociedade. Giddens reconhece os constrangimentos estruturais, como a empresa em que os jornalistas se inserem e o respeito pelas regras da profissão, mas concede autonomia à ação individual. Neste contexto, as fontes de informação assumem também um papel importante, sendo que podem contribuir para o ângulo da notícia.

Aqui, a tese de Warren Breed (1993) de que a política editorial da empresa é apreendida “por osmose” também assume particular relevância. Sabemos, portanto, que o estatuto editorial guia o jornalista e o auxilia na construção das notícias; no entanto, há outros fatores que são precisos ter em conta e que contribuem igualmente para o ângulo da notícia. Conta-se aqui a cultura jornalística, apreendida “por osmose” e no seio da redação, e o facto de os jornalistas serem também donos de alguma autonomia, que se pode sobrepor às regras e estruturas existentes.

2.1. *Expresso*

O *Expresso* é um jornal semanário de carácter generalista, fundado em 1973 por Francisco Pinto Balsemão. É considerado um jornal de referência no que respeita ao seu estatuto editorial. Os dados relativos ao terceiro bimestre de 2013⁴ indicam que o *Expresso* tem uma tiragem de mais de 110 mil exemplares, situando-se os números da circulação do jornal em cerca de 93 mil exemplares.

A posição do *Expresso* relativamente às publicações de natureza informativa é de que deve manter-se “independente do poder político e do poder económico”, de forma a cumprir a sua função perante a sociedade. Deste modo, os jornais devem ser “instituições autónomas, através

⁴ Dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (<http://www.apct.pt/>)

das quais os cidadãos possam, em liberdade e no pluralismo, procurar o esclarecimento de que necessitam para o exercício das suas opções”.

Não pertencendo ao Estado nem a um partido político, o *Expresso* considera, no seu estatuto editorial, que “nunca perdeu nem renunciou à sua capacidade de crítica”, mantendo sempre presentes os valores impostos pela deontologia e pela ética da profissão de jornalista.

No documento que regula esta publicação, faz-se a distinção entre as notícias (“que deverão ser, tanto quanto possível, objetivas, circunscrevendo-se à narração, à relação e à análise dos factos”) e os artigos de opinião, assinados e devidamente identificados.

O estatuto editorial refere-se ainda a critérios de hierarquização e seleção das notícias: “Sabemos, por exemplo, que a seleção do material a publicar, a sua colocação nas diversas páginas, a colunagem dos respetivos títulos, devem obedecer a critérios de inserção baseados na importância efetiva de cada peça e não nas convicções ideológicas de quem as escreve, escolhe ou publica. Sabemos, por exemplo, que em casos muito excecionais há notícias que mereciam ser publicadas e em lugar de destaque, mas que não o devem ser, não por autocensura ou censura interna, mas porque a sua divulgação seria eventualmente nociva ao interesse nacional.

Reservamo-nos, como é óbvio, o direito de definir, caso a caso, a aplicação desse critério”. O semanário recusa ainda o sensacionalismo, tal como definido no Estatuto do Jornalista, sob pena de pôr “em perigo o jornalismo de qualidade” que pretendem fazer.

O texto disponibilizado pelo *Expresso* refere que, no dia em que se tornar impossível manter a coerência pela qual o jornal prima, este acabará: “Preferimos, nessas circunstâncias, morrer de pé”.

Em termos de produção noticiosa, e de acordo com o seu estatuto editorial, o *Expresso* deve privilegiar as reportagens (quanto ao género noticioso) e os títulos não devem ser ambíguos. Nos temas mais mediatizados devem figurar as Políticas, sendo que a maioria dos textos deve ter uma extensão longa. Sendo um jornal que valoriza a diversidade e pluralidade de vozes, é expectável que o número de fontes seja expressivo, pertencendo estas ao grupo das fontes de informação especializadas e/ou oficiais.

2.2. Público

O jornal *Público* é um diário generalista, fundado em 1990, e detido pelo grupo económico Sonae – integra a sub-holding para a área da comunicação, Sonaecom. No terceiro bimestre de 2013, de acordo com a APCT, a tiragem do jornal situava-se em cerca de 45 mil exemplares, com a circulação a rondar os 29 mil.

Tradicionalmente com um cariz de referência relativamente ao seu estatuto editorial, o *Público* define-se como um jornal “orientado por critérios de rigor e criatividade editorial”, rejeitando qualquer “dependência de ordem ideológica, política e económica” e “recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa”. Tal como está plasmado no Livro de Estilo do *Público*, no qual se integra o estatuto editorial do jornal, este aposta “numa informação diversificada” que compreenda vários campos de atividade, abrangendo assim diversos públicos e interesses. Deste modo, refere-se que as opções editoriais não estabelecem uma hierarquia prévia entre os diversos sectores de atividade, privilegiando-se “o estímulo dos acontecimentos e situações que, quotidianamente, são noticiados e comentados”.

Os jornalistas do *Público* consideram que uma das condições fundamentais para o exercício da democracia e para uma sociedade aberta é a existência de uma opinião pública “informada, ativa e interveniente”. Assim, o jornal estabelece-se como parte ativa no debate de questões atuais que se colocam à sociedade, “na perspetiva da construção de um espaço europeu e de um novo quadro internacional de relações”.

Por fim, o *Público* privilegia a relação com os seus leitores, declarando-se responsável apenas perante estes, “numa relação rigorosa e transparente, autónoma do poder político e independente de poderes particulares”. O seu limite único é o espaço privado dos cidadãos, definindo como “límiar de existência a sua credibilidade pública”.

Para além do estatuto editorial do jornal, os jornalistas deste diário regem-se ainda por um Livro de Estilo – acima mencionado – que estabelece as regras fundamentais do exercício do jornalismo, abordando questões ao nível da forma, mas também do foro ético e deontológico da profissão.

Assumindo-se, no estatuto editorial, como um jornal de referência, o *Público* deveria privilegiar o género reportagem, publicando textos de tamanho médio a longo e não dando espaço a ambiguidades no título. Quanto aos motivos de noticiabilidade, espera-se que um jornal de referência destaque as Políticas e dê voz a um número expressivo de fontes de informação, nomeadamente especializadas e oficiais.

2.3. *Jornal de Notícias*

O *Jornal de Notícias* (JN) é um diário generalista português fundado em 1888 na cidade do Porto. Faz parte do grupo económico Controlinveste, de Joaquim Oliveira, e viu o seu estatuto editorial aprovado em 1982. A APCT, nos dados relativos ao terceiro bimestre de 2013, refere que a tiragem do JN se situa quase nos 95 mil exemplares, com uma circulação de cerca de 70 mil jornais.

O JN é um jornal de cariz popular, definindo-se como uma publicação periódica não doutrinária dedicada à informação generalista, não excluindo, no entanto, a informação especializada.

O estatuto editorial do JN refere que este é um jornal “independente do poder político” e de grupos económicos, sociais e religiosos, que se rege por critérios de pluralismo, isenção e apartidarismo. Pode ler-se que estes critérios implicam um estilo e uma forma “distanciados na abordagem de quaisquer temas”. O JN defende a adoção de uma informação rigorosa, competente (apuramento completo dos factos), equilibrada (ouvindo todos os interesses atendíveis) e objetiva, constituindo-se como porta-voz dos menos favorecidos na sociedade, não incorrendo, no entanto, em práticas demagógicas ou sensacionalistas.

Por fim, o estatuto editorial do *Jornal de Notícias* refere o compromisso da redação com a legislação aplicável à atividade dos jornalistas e com as normas éticas e deontológicas da profissão.

Tradicionalmente associado à imprensa popular, é exetável que o JN publique mais notícias do que reportagens ou entrevistas. O jornalismo de proximidade que caracteriza o JN, aliado ao facto de a sua redação principal se situar no Porto, faz-nos crer que o lugar das notícias é, na sua maioria, o Norte do país, bem como o lugar das fontes escolhidas pelos jornalistas. Os temas em notícia devem ser diversificados, com uma tendência para os títulos negativos e um

tamanho de texto entre o breve e o médio. Quanto ao número de fontes, deve ser de pelo menos duas e espera-se que haja diversidade, com especial atenção para os cidadãos – uma vez que é um jornal que privilegia o contato com o seu leitor.

3. Estudo Empírico

3.1. As Políticas em notícia através de abordagens negativas

Neste estudo, propomo-nos apresentar o estatuto editorial para a saúde nos jornais nacionais *Expresso*, *Público* e *Jornal de Notícias* – um semanário e dois diários generalistas. Tentamos perceber isto através da análise de todos os textos de saúde publicados nestes periódicos desde Janeiro de 2008 até ao primeiro semestre de 2013. O nosso *corpus* de análise é composto por 9768 artigos sobre saúde, divididos da seguinte forma: 3780 no *Público*; 5352 no *Jornal de Notícias*; e 636 no *Expresso*.

Começaremos por analisar os dados relativos aos textos noticiosos, nomeadamente os títulos, os motivos de noticiabilidade, o lugar das notícias e o número de fontes presente em cada texto. Numa fase seguinte, analisaremos os dados relativos às fontes de informação: identificação, sexo, geografia e estatuto da fonte.

Os títulos, que podem ser classificados como positivos, negativos ou neutros, são geralmente negativos (**tabela 1**) quando o noticiário é a saúde. O JN é o jornal com maior percentagem de títulos negativos, com 48% dos textos a seguirem este ângulo; seguem-se os títulos positivos (22,3%) neste diário. Os textos com abordagens neutras ocupam apenas 5,3% do total de notícias publicadas. No jornal *Expresso* predominam os títulos negativos e neutros, com 13,2% e 13,4% respetivamente. O semanário publica uma percentagem muito reduzida de textos positivos (1,4% do total). Por fim, no jornal *Público* o destaque é para as abordagens negativas, que ocupam 44,8% do total, seguidas dos textos neutros (34,3%) e dos positivos (20,5%).

Quanto aos motivos de noticiabilidade (**tabela 2**), as políticas são o ângulo preferido pelos jornalistas no que toca à saúde. Todos os jornais privilegiam este tema, sendo que o *Público* dedica 36,2% às Políticas, o JN 34,8% e o *Expresso* quase 30%.

Tabela 1. Títulos em notícia

<i>Títulos</i>	<i>Jornais</i>		
	<i>Público</i>	<i>JN</i>	<i>Expresso</i>
<i>Positivo</i>	776 20,5	1192 22,3	9 1,4
<i>Negativo</i>	1695 44,8	2569 48	84 13,2
<i>Neutro</i>	1298 34,3	281 5,3	85 13,4

O segundo motivo de noticiabilidade mais presente nos jornais analisados é o dos Retratos de Situação, que ocupa cerca de 20% no JN e no *Expresso*, e 16% no *Público*.

Por oposição, os textos que retratam a Prevenção são os mais negligenciados pelos jornalistas da saúde, tendo muito pouca expressão nos jornais em questão: cerca de 3,5% no *Público* e JN, e menos de 3% no *Expresso*.

Tabela 2. Motivos de Noticiabilidade

Motivos de Noticiabilidade	Jornais		
	<i>Público</i>	<i>JN</i>	<i>Expresso</i>
<i>Investigação e Desenvolvimento</i>	500 13,2	486 9,1	86 13,5
<i>Prevenção</i>	135 3,6	187 3,5	17 2,7
<i>Retratos de Situação</i>	594 16	1078 20,1	137 21,5
<i>Situações de alarme e Risco</i>	365 9,7	629 11,8	80 12,6
<i>Práticas Clínicas e Tratamentos</i>	360 9,5	538 10,1	54 8,5
<i>Negócios e Economia da Saúde</i>	379 10	490 9,2	65 10,2
<i>Políticas</i>	1370 36,2	1861 34,8	188 29,6

Quando olhamos para a geografia das notícias de saúde, o Nacional Global é o lugar privilegiado pelos jornalistas (**tabela 3**). Quer isto dizer que as notícias que retratam saúde estão desenraizadas de um lugar específico: o *Público* apresenta 48,7% de notícias nacionais; o JN 40,4%; e o Expresso 51%, ou seja, mais de metade do total. O facto de o Nacional Global ser o lugar mais retratado pode ser explicado pelos motivos de noticiabilidade, ou seja, as políticas de saúde. Seguem-se as notícias feitas a partir da Grande Lisboa, que ocupam 20% do espaço no *Expresso* e 15% no *Público*; no JN chegam aos 12,4%. O Jornal de Notícias, que é o único jornal com a redação principal no Porto, publica quase 23% das notícias tendo o Norte como lugar. Nos restantes jornais, o Norte praticamente não tem expressão: 8,7% no *Público* e 3,1% no *Expresso*. As regiões do Algarve e Alentejo e as Ilhas da Madeira e dos Açores são os lugares mais negligenciados pelos jornalistas no que à saúde diz respeito, sendo que quase não têm representatividade nas notícias.

Tabela 3. Lugar da Notícia

Lugar da Notícia	Jornais		
	<i>Público</i>	<i>JN</i>	<i>Expresso</i>
<i>Nacional Global</i>	1839 48,7	2163 40,4	325 51
<i>Norte</i>	330 8,7	1222 22,8	20 3,1
<i>Centro</i>	120 3,2	430 8	10 1,6
<i>Lisboa e Vale do Tejo</i>	567 15	661 12,4	127 20
<i>Alentejo</i>	20 0,5	31 0,6	5 0,8
<i>Algarve</i>	27 0,7	38 0,7	10 1,6
<i>Ilhas</i>	36 1	23 0,4	0

<i>Internacional global</i>	191 5,1	141 2,6	14 2,2
<i>Internacional e Nacional Global</i>	131 3,5	173 3,2	61 9,6

3.2. Fontes de Informação na Saúde: discursos oficiais reproduzidos no masculino

Analisamos, agora, as fontes de informação. A maioria dos textos analisados é construído com base em fontes, o que indica que o jornalismo de saúde recorre a fontes de informação. Isto mesmo já tinha sido referido por Lopes e as suas colegas (Lopes *et al.*, 2011), num artigo sobre a mediatização da saúde na imprensa portuguesa. O *Público* apresenta 10617 fontes de informação; o JN 10887; e o *Expresso* 2362. No total, são mais de 20 mil as fontes citadas pelos jornalistas de saúde.

Em relação à identificação das fontes de informação (**tabela 4**), a esmagadora maioria das notícias cita fontes identificadas. São mais de 80% em todos os jornais, sendo que o *Público* é aquele que apresenta mais fontes identificadas (quase 90%). Por fontes identificadas entendemos aquelas em relação às quais os jornalistas referem o nome e o cargo que ocupam; as fontes não identificadas são aquelas cujo nome não é revelado, mas em relação às quais conhecemos o cargo, ou vice-versa. As fontes não identificadas ocupam espaços semelhantes em todos os jornais analisados, sendo que o JN é o jornal que mais cita este tipo de fonte (15,4%), seguido do *Expresso* (14,8%) e do *Público* (11,8%). Por fim, as fontes anónimas – fontes em relação às quais nada se sabe – não têm grande expressão no jornalismo de saúde, não chegando aos 1% no *Público* e JN e atingindo os 1,7% no *Expresso*. Importa ressaltar que, no nosso estudo, as fontes de informação são analisadas do ponto de vista do leitor.

Tabela 4. Identificação da fonte

<i>Identificação da fonte</i>	<i>Jornal</i>		
	<i>Público</i>	<i>JN</i>	<i>Expresso</i>
<i>Identificada</i>	9312 87,7	9128 83,8	1972 83,5
<i>Não identificada</i>	1256 11,8	1679 15,4	350 14,8
<i>Anónima</i>	49 0,5	80 0,7	40 1,7

Relativamente à geografia das fontes (**tabela 5**), os jornalistas chamam a falar aquelas que ocupam cargos nacionais. Estas fontes falam desenraizadas de um lugar, falam à escala nacional, em nome de um todo. Cabe aqui, por exemplo, o Diretor-Geral da Saúde ou o Ministro da Saúde. O *Público* é o jornal com mais fontes nacionais (54,6%), seguindo-se o JN (50,5%) e o *Expresso* (com 47%). As fontes de informação provenientes da Grande Lisboa têm alguma expressão no *Expresso*, representando cerca de 20% do total de fontes, mas menos representatividade nos restantes jornais (8,6% no *Público*; 6,8% no JN). O *Jornal de Notícias*, à semelhança do que acontece com a geografia da notícia, dá voz às fontes vindas do Norte do país (são quase 20% neste diário). No *Público*, as fontes do Norte são 7%; no *Expresso* rondam os 5%. Mais uma vez, o Alentejo, o Algarve e as Ilhas são atirados para as zonas de silêncio, não tendo praticamente expressão nos jornais analisados. Também o Centro do país é pouco representado quando o assunto em notícia é a saúde, com percentagens muito baixas em número de fontes de informação.

Tabela 5. Lugar das Fontes de Informação

<i>Lugar da Fonte</i>	<i>Jornal</i>		
	<i>Público</i>	<i>JN</i>	<i>Expresso</i>
Nacional	5800 54,6	5495 50,5	1111 47
Norte	742 7	2110 19,4	123 5,2
Centro	325 3,1	683 6,3	104 4,4
Lisboa e Vale do Tejo	917 8,6	743 6,8	464 19,6
Alentejo	76 0,7	46 0,4	22 0,9
Algarve	65 0,6	42 0,4	27 1,1
Ilhas	50 0,5	23 0,2	5 0,2
Internacional	424 4	332 3	61 2,6

O jornalismo de saúde é, à semelhança de outros tipos de jornalismo, feito no masculino (**tabela 6**). São mais de 50% as fontes de informação masculinas citadas no Expresso, contra 19,4% femininas. No Público, os homens representam 41,2% e as mulheres 15%; o JN cita 45% de homens e 17,4% de mulheres nas suas notícias de saúde.

Embora o jornalismo deva privilegiar a pluralidade e diversidade de vozes e de grupos sociais, há investigações que indicam que “a seleção de fontes de informação continua a ser muito enviesada” (De Swert & Hooghe, 2010: 70), o que nos leva a questionar a forma como os *media* noticiam a realidade, sub-representando as mulheres. Sendo que os *media* são uma representação da realidade, os dados apontam para um enviesamento de género promovido, durante este período de tempo, pelos jornais analisados. Segundo os dados relativos ao último inquérito Censos (2011), a percentagem de mulheres na população geral residente em Portugal era de 52.2%⁵, o que perfaz um número superior ao dos homens. No entanto, a palavra mediática continua a pertencer aos homens, pelo menos no que ao jornalismo de saúde diz respeito.

Também as fontes não pessoais têm um peso grande, particularmente no *Público* e JN (onde ultrapassam os 20% do total de fontes). Cabem aqui as fontes documentais no campo da saúde e fora dele, como diplomas governamentais ou estudos, os comunicados de imprensa ou outro tipo de documentos.

O jornalismo diário, pressionado pelo tempo, recorre mais a fontes não pessoais, dando a notícia num primeiro momento e procurando a explicação e reação noutras fontes (pessoais) num momento seguinte, por oposição ao jornalismo feito a um ritmo semanal (com mais tempo para procurar a notícia e, conseqüentemente, para ouvir outras fontes de informação).

Tabela 6. Sexo da fonte

<i>Sexo da fonte</i>	<i>Jornal</i>
----------------------	---------------

⁵ Dados dos Censos 2011, em Pordata: <http://www.pordata.pt/Quadro+Resumo>

	<i>Público</i>	<i>JN</i>	<i>Expresso</i>
<i>Pessoal masculino</i>	4375 41,2	4896 45	1309 55,4
<i>Pessoal feminino</i>	1596 15	1890 17,4	459 19,4
<i>Não sei</i>	169 1,6	302 2,8	47 2
<i>Coletiva</i>	1051 10	1119 10,3	270 11,4
<i>Não pessoal</i>	2729 25,7	2353 21,6	237 10

Olhando para o estatuto das fontes de informação (**tabela 7**), percebemos que as fontes oficiais são as mais citadas pelos jornalistas, nomeadamente as oficiais no campo da saúde (21,3% no *Público*; 21,6% no *JN*; e 23% no *Expresso*). De seguida, os jornalistas privilegiam as fontes especializadas institucionais dentro do campo da saúde, isto é, fontes que são chamadas a falar por serem especialistas na área e que representam um grupo profissional (como os chefes de serviço, bastonário da ordem dos médicos ou dos enfermeiros, enfermeiro-chefe, etc.). Este tipo de fonte ronda os 20% no *Público* e no *JN*, ultrapassando os 30% no jornal *Expresso*.

As fontes documentais também são muito representadas no jornalismo de saúde, especialmente o que é feito a um ritmo diário. É o caso do *Público* (18,5%) e do *JN* (14%). No que respeita às fontes não pessoais, o *Expresso* é aquele que menos recorre a este tipo de fontes (8,3%), o que pode ser explicado pelo ritmo semanal a que o jornal é pensado, tendo os jornalistas mais tempo para confrontar as fontes pessoais.

O cidadão comum é um grupo com pouca representatividade nos jornais analisados, sendo que o *JN* é aquele que mais voz dá a este tipo de fonte (8,7%). O *Público* (com 3,7%) e o *Expresso* (com 6,3%) não dão muita atenção aos cidadãos comuns ou pacientes.

Tabela 7. Estatuto da fonte

<i>Estatuto da fonte</i>	<i>Jornal</i>		
	<i>Público</i>	<i>JN</i>	<i>Expresso</i>
<i>Oficial (campo da saúde)</i>	2262 21,3	2357 21,6	542 23
<i>Oficial (fora do campo da saúde)</i>	420 4	408 3,7	76 3,2
<i>Esp inst (campo da saúde)</i>	2123 20	2331 21,4	772 32,7
<i>Esp não-inst (campo da saúde)</i>	693 6,5	928 8,5	230 9,7
<i>Documentos</i>	1968 18,5	1523 14	195 8,3
<i>Media (campo da saúde)</i>	302 2,8	102 0,9	19 0,8

<i>Sites/Blogues (campo da saúde)</i>	142 1,3	64 0,6	6 0,3
<i>Esp instit (fora do campo da saúde)</i>	820 7,5	750 6,9	179 7,6
<i>Esp não-instit - (fora do campo da saúde)</i>	204 1,9	159 1,5	56 2,4
<i>Media/ sites noticiosos</i>	968 9,1	857 7,9	44 1,9
<i>Sociedade</i>	394 3,7	945 8,7	149 6,3

4. Conclusões

As conclusões têm como referência o estatuto editorial dos jornais em análise e a interpretação que deles fizemos. Assim, verificámos que não há uma coincidência muito nítida da teoria e da prática jornalísticas, no que ao jornalismo de saúde diz respeito. Esta realidade é mais acentuada em relação ao jornal *Público*, que, de acordo com a nossa análise, tende a desviar-se ligeiramente do estatuto editorial que apresenta.

O *Expresso* e o *Jornal de Notícias* revelam uma maior sintonia da prática jornalística na saúde com o respetivo estatuto editorial.

Queremos sublinhar a importância do estatuto editorial enquanto garante da coerência e uniformidade dos textos publicados num determinado jornal. A existência de um estatuto editorial orienta os jornalistas e os leitores numa espécie de protocolo de escrita e de leitura (Scholes, 1991). Robert Scholes defende que não há teoria sem prática, nem prática sem teoria. Deste modo, os protocolos devem continuar a ser construídos e desconstruídos, através da interpretação e da crítica (Scholes, 1991: 101). Isto mesmo acontece com o estatuto editorial, enquanto permanente construção do jornal ao qual diz respeito.

O *Expresso* apresenta uma predominância de notícias, recorrendo aos títulos negativos em textos médios a extensos. Os motivos de noticiabilidade privilegiados são as Políticas e os Retratos de Situação, sendo que a geografia da notícia é, geralmente, o Nacional Global ou a Grande Lisboa. O *Expresso*, feito a um ritmo semanal, cita uma média de quatro ou mais fontes por texto, sendo que estas são maioritariamente especializadas institucionais no campo da saúde e, em termos de lugar, vêm da Grande Lisboa ou falam a nível Nacional.

O *Jornal de Notícias* também publica maioritariamente notícias médias com títulos negativos. Os temas do noticiário de saúde são geralmente as Políticas e os Retratos de Situação, sendo que o JN cita em média uma fonte. Tanto o lugar da notícia como o lugar da fonte são, neste caso, o Norte do país. Fazemos uma ressalva para o facto de a redação principal do JN estar no Porto, o que pode indicar uma preferência pelas fontes localizadas no norte. O estatuto das fontes citadas pelo JN é geralmente oficial, sendo que este diário é o que mais voz dá ao paciente e ao cidadão comum, cumprindo com o que refere no seu estatuto editorial e indo ao encontro do jornalismo de proximidade que pretende fazer.

O jornal *Público*, que se apresenta como um título de referência, publica predominantemente notícias médias, seguindo abordagens negativas. Os motivos de

noticiabilidade são, à semelhança do *Expresso*, as Políticas e os Retratos de Situação, em textos desenraizados de um lugar específico (Nacional Global) ou feitos a partir da Grande Lisboa. O *Público* cita quatro ou mais fontes, em média, provenientes da Grande Lisboa ou que falam à escala nacional. Estas são maioritariamente identificadas; a percentagem de fontes anónimas é residual. Sendo um título de referência, deveria dar mais espaço ao género de reportagem e aos textos longos.

Pensamos que esta análise pode revestir-se de grande importância no campo da Comunicação e Jornalismo na Saúde, permitindo perceber o que está a ser feito e qual o perfil editorial destes jornais no que diz respeito à temática da saúde. De futuro, importaria alargar a análise a outros jornais, de forma a confirmar, ou não, tendências no jornalismo de saúde.

Referências Bibliográficas

Bastos, M. T., & Zago, G. (2013). Tweeting News Articles: Readership and News Sections in Europe and the Americas. *SAGE Open*, 1-18.

Breed, W. (1993). “Controlo social na redacção: uma análise funcional”. In Nelson Traquina (org). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Veja.

Entwistle, V., & Hancock-Beaulieu, M. (1992). Health and medical coverage in the UK national press. *Public Understanding of Science*, 1(4), 367-382.

Giddens, A. (2000). *Dualidade da Estrutura – Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta Editora.

Hodgetts, D. (2012). Civic journalism meets civic social science: foregrounding social determinants in health coverage. *Comunicação e Sociedade, Número Especial Mediatização Jornalística no Campo da Saúde*, 23-38

Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S. & Araújo, R. (2011). “Jornalismo de Saúde e fontes de informação: uma análise dos jornais portugueses entre 2008 e 2010”. *Derecho a Comunicar*, 2, Maio-Agosto 2011, 100-120.

Público (2005) *Livro de Estilo*. Lisboa: Público.

Scholes, R. (1991). *Protocolos de Leitura*. Lisboa: Edições 70

Schulz, P. J., & Hartung, U. (2010). Health Communication Research in Europe: An Emerging Field. *Health Communication*, 25(6-7), 548-551.

Swert, K. D., & Hooghe, M. (2010). When Do Women Get a Voice? Explaining the Presence of Female News Sources in Belgian News Broadcasts (2003-5). *European Journal of Communication*, 25(1), 69-84.

Tanner, A. H. (2004). Communicating Health Information and Making the News: health reporters reveal the PR tactics that work. *Public Relations Quarterly*, 49(1), 24-27.

Sites consultados

Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação: <http://www.apct.pt/>

Pordata: <http://www.pordata.pt/>

Legislação Consultada

Estatuto do Jornalista

Lei de Imprensa